

CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA

Só os orçamentos dados por escrito, devidamente assinados e aceites, constituem responsabilidade da nossa parte. Orçamentos verbais só podem ser considerados como estimativas dados a mero título indicativo e sem compromisso.

A EGLO reserva o direito de rescindir os seus compromissos ou de suspender a sua execução em casos de força maior, nomeadamente, guerra, mobilização, greves, epidemias, incêndios, explosões, inundações ou, em geral, quaisquer outros incidentes anormais que impeçam ou reduzam a sua actividade.

As mercadorias são facturadas pelos preços que estiverem em vigor nas datas das respectivas encomendas, salvo casos de negociação prévia.

No caso de vendas com entregas parciais, a falta de pontual pagamento de uma delas dá à EGLO o direito de suspender ou anular a entrega das restantes.

A EGLO pode exigir ao comprador, em qualquer momento, mesmo após a aceitação da encomenda, o prévio pagamento integral ou parcial como condição para a entrega das mercadorias.

A EGLO reserva-se o direito de, em qualquer momento, cancelar os fornecimentos, nomeadamente nos casos em que o limite de crédito, em valor ou em prazo, seja ultrapassado. Este limite de crédito é estabelecido unicamente pela EGLO, sem que esta tenha de o justificar.

Até integral pagamento dos produtos debitados pelo presente documento a EGLO reserva para si o direito de propriedade nos termos legais.

A liquidação por cheque só se considera efectuada após boa cobrança do mesmo.

O comprador declara expressamente aceitar as condições gerais de venda praticadas pelo vendedor, das quais tem perfeito conhecimento.

Quaisquer reclamações devem ser apresentadas por escrito e dentro do prazo de 8 dias a contar da data de recepção das mercadorias.

A EGLO apenas aceitará devoluções de produtos que se encontrem em perfeito estado de venda e dentro das embalagens originais.

A garantia do produto será de 2 anos para o cliente final não podendo ultrapassar o mesmo período de tempo em situação de revenda.

Em caso de litígio será exclusivamente competente o foro da jurisprudência da nossa sede.